

## AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DOIS ESTUDOS DE CASOS NO BRASIL

Matheus de Souza da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Com o objetivo de analisar a eficiência de políticas públicas e suas causas e efeitos, o presente trabalho realiza estudos de casos de duas alocações de recursos públicos cujos resultados podem ser altamente questionáveis: a construção do Estádio Nacional de Brasília para a Copa do Mundo de 2014 e o Programa Um Computador por Aluno (Prouca). Pela análise desses casos, e com base em uma revisão bibliográfica sobre a importância do gasto público, constata-se que o Brasil ainda carece de processos de avaliação e monitoramento de políticas públicas, bem como de sistemas de *compliance* necessários para mitigar a má alocação de recursos públicos.

**Palavras-chave:** Gasto Público; Política Pública; Desenvolvimento Social

**Abstract:** In order to analyze the efficiency of public policies and their causes and effects, the present work conducts case studies of two allocations of public resources. Results can be highly questionable: the construction of the National Stadium of Brasilia for the 2014 World Cup and the One Computer per Student Program (Prouca). Through the analysis of cases, and based on a bibliographic review on the importance of public spending, it appears that Brazil still lacks public policy evaluation and monitoring processes, as well as compliance systems to mitigate misallocation. of public resources.

Keywords: Public Spending; Public Policy; Social Development

### 1. INTRODUÇÃO

Com a necessidade de cada vez mais se melhorar o gasto público, este trabalho tem a finalidade de contribuir para o debate acerca da melhoria do gasto público. A escassez de recursos financeiros no cenário atual e futuro na economia brasileira demonstra a importância cada vez mais de se aplicar com qualidade os poucos recursos disponíveis. Os casos abordados sobre a construção do Estádio Nacional de Brasília e do Programa Um Computador Por Aluno, elucidam e trazem um panorama pequeno das diversas obras e programas ineficientes que existiram, existentes e que existirão.

Como consequência, áreas fundamentais que poderiam ser principais focos de estudo e aplicação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos carecem de atenção do poder público. Grande parte da falta de investimento se dá ao sistema orçamentário

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa: matheuss535@gmail.com

engessado, com verbas obrigatórias como o pagamento de salários, aposentadorias, gratificações e etc.

Não obstante, a má alocação de recurso não é apenas o único motivo para a preocupação na alocação de recursos. Casos de corrupção, desvios de verba pública e o superfaturamento de obras etc. demonstram a necessidade de sistemas de *compliance*, fiscalização e efetivas punições a infratores que contribuem para a baixa qualidade do gasto brasileiro, visto que obras para a copa de 2014, como exemplo, foram superfaturadas e muitas até hoje sequer foram entregues.

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é avaliar as causas e consequências de políticas públicas mal elaboradas. A metodologia usada, além de pesquisa bibliográfica, foca em dois estudos de caso a respeito da construção do Estádio Nacional de Brasília para a Copa do Mundo de 2014 e do Programa Um Computador por Aluno (Prouca).

O trabalho concentra-se em três seções, além desta introdutória. A segunda, compreende um estudo sobre a in(eficiência) do gasto público, tendo como embasamento e compreendendo a literatura e conceitos sobre o gasto público. A terceira compreende dois estudos de casos usados como exemplos de gasto público e, por fim, a quarta parte apresenta as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: A (IN)EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO NO BRASIL**

A grande discussão na literatura econômica referente ao gasto público se dá principalmente entre duas linhas: a ortodoxa e heterodoxa. Na linha heterodoxa, a linha keynesiana coloca os gastos do governo como pertencentes à chamada demanda efetiva, juntamente com investimento e consumo e, portanto, é uma das formas de aquecer a economia e estimular o crescimento. Nesse sentido, Keynes (1985, p. 117) colocou a política fiscal como instrumento para acelerar o crescimento e propôs que os governos deveriam estimular ou suprir investimentos do setor privado.

Por seu turno, a linha ortodoxa fundamenta sua opinião sobre a relação gasto público e crescimento econômico na teoria da equivalência ricardiana. Segundo esta teoria, o consumidor alteraria suas probabilidades de gasto com consumo e de poupança de acordo com a política de tributação e gastos do governo.

A despeito dessa discussão mais teórica em torno do papel do Estado e dos gastos públicos para o desenvolvimento econômico, é importante ressaltar a existência de

razoável consenso em relação à necessidade de instrumentos que aprimorem a qualidade e efetividade dos gastos públicos. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (2019, p. 47):

(...) Essas ineficiências [em gastos públicos] podem representar um prejuízo de até US\$ 68 bilhões por ano, ou o equivalente a 3,9% do PIB do país. Isso significa que há amplo espaço para melhorar os serviços oferecidos à população sem implicar em aumento dos gastos públicos.

Na administração pública brasileira, o princípio da eficiência Constituição Federal de 1988 (CF/88) é um pilar de suma importância, que vem sendo cada vez mais abordado para que a qualidade do gasto público brasileiro seja melhor, transparente e efetiva de fato, para atender as necessidades e as qualidades que esperamos dos gastos públicos. Entretanto, esse pensamento é pouco lembrado pelos nossos gestores quando o assunto é a qualidade do gasto público brasileiro. Não somente a qualidade do gasto ser pouco planejada, mas também não são raros os casos de desvios, atrasos e demais empecilhos, que encarecem e baixam a qualidade final da obra ou política pública.

A má distribuição dos recursos torna mais difícil o caminho do Brasil rumo ao desenvolvimento e a melhora da qualidade de vida das pessoas. Como todo recurso é limitado, esses desvios e gastos excessivos poderiam ser melhores alocados em outros setores também fundamentais para a melhora da qualidade de vida da população como um todo.

Mendes (2014) discorre sobre as causas imediatas para o baixo crescimento econômico do Brasil após a redemocratização, fazendo uso de elementos de natureza institucional e de economia política, dificilmente encontrada nos livros nacionais, embora cada vez mais importantes. Segundo o autor:

O Brasil possui graves gargalos de infraestrutura devido a uma combinação de: (a) preferência política por despesas correntes em detrimento dos investimentos públicos; (b) baixa capacidade do governo para coordenar e planejar os investimentos no setor; (c) fragilidade política e financeira das agências reguladoras, além de outras fragilidades institucionais que impedem uma participação mais intensa do setor privado. (Mendes, 2014, p.45)

Quando se analisa a ineficiência e a má qualidade do gasto brasileiro, é indissociável ponderar sobre os efeitos da corrupção no setor público. Em 2013, a Operação Lava jato tomou conta dos noticiários brasileiros, evidenciando diversos casos de desvio de verbas públicas em boa parte das obras em andamento e ainda não concluídas para a copa do mundo em 2014 realizada no Brasil.

## AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DOIS ESTUDOS DE CASOS NO BRASIL

Em auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2019, p. 08), sob a relatoria do ministro Vital do Rêgo, foram analisadas mais de 30 mil obras públicas financiadas com recursos federais. Destas, mais de 30% foram consideradas como paralisadas ou inacabadas, o que corresponde a quase 20% do investimento previsto, representando um gasto de cerca de R\$ 144 bilhões de reais.

Os gastos públicos são os instrumentos de atuação dos governos. Mediante sua utilização, os governos definem as prioridades em relação à prestação de serviços públicos básicos e aos investimentos a serem realizados. Os gastos públicos são, portanto, a evidenciação das políticas de gestão efetuadas pelos governos. Para Chaves (2013, p. 04):

(...) a melhoria da qualidade do gasto público redundará em melhorar a eficiência desse gasto, ou seja, determinado investimento deverá ser concluído com o menor custo possível e gerar o máximo de benefícios para a sociedade.

Diante do exposto até o momento, independente da abordagem econômica que se adota, existe um consenso a respeito da necessidade de melhoria da qualidade do gasto público e, por conseguinte, das políticas públicas empreendidas pelo governo.

Especificamente no que tange ao caso brasileiro, segundo o IPEA (2013, p. 05), a melhoria da qualidade do gasto público:

(...) permitiria que as demandas sociais por serviços públicos pudessem ser supridas, pelo menos parcialmente, a custos decrescentes, ou seja, sem acréscimo da carga fiscal. Dessa forma, seria possível conciliar a pressão por mais serviços com a restrição imposta pelo limite à tributação.

Com a maior parte do gasto engessado em despesas obrigatórias, é importante e urgente que o gasto público seja eficiente e de qualidade, visto que a escassez é um fator relevante para melhor definir gastos e os parâmetros para a melhor alocação de recursos é fundamental.

A despesa orçamentária é classificada em duas categorias econômicas: despesas correntes, que são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital; e despesas de capital, as que contribuem.

O conceito de gastos improdutivos é dado pela diferença entre o gasto efetivo e o gasto que minimiza o custo na obtenção do mesmo objetivo. Se R\$ 1,2 milhão foi gasto para construir uma ponte, e se o seu custo mínimo é de R\$ 1 milhão, o gasto improdutivo foi de R\$ 200 mil. Esse é um desperdício para a sociedade que tem um custo de oportunidade, ou seja, a aplicação desse recurso em outra finalidade, a falta de apoio

técnico, de planejamento contribuem para que o custo de oportunidade desperdiçado pelos governantes. Além de impossibilitar que o gasto seja melhor alocado em áreas socialmente mais importantes (como saúde, educação, infraestrutura etc.), existe no Brasil uma grande dificuldade para poder avaliar a qualidade dos gastos públicos, em razão da falta de transparência, de indicadores de qualidade e de um melhor planejamento técnico na elaboração de políticas sociais e econômicas contribuiriam para que o gasto público tivesse uma melhora significativa.

Por fim, fica evidente, que o governo, ao gastar boa parte do orçamento apenas com pessoal, inviabilizando investimentos em infraestrutura, saúde, saneamento, educação e etc., faz com que o Brasil tenha uma produtividade extremamente baixa desde os anos 1994, estando consideravelmente estagnada desde o período. Avaliar o gasto por si só, apenas pelo percentual do PIB, pode ser errônea, sem avaliar o gasto minuciosamente.

### 3. ANÁLISES DOS ESTUDOS DE CASO

Pela revisão literária da seção anterior, podem-se extrair duas conclusões principais:

- (i) independentemente da escola de pensamento econômico (ortodoxa ou heterodoxa), existe um consenso a respeito da importância de os governos se dedicarem à qualidade dos gastos públicos; e
- (ii) infelizmente no Brasil, pela falta de robustos mecanismos de planejamento, monitoramento, avaliação e *compliance* (que evitam corrupção) das políticas públicas, o gasto público ainda é muito ineficiente, com forte peso das despesas obrigatórias.

Para ilustrar com casos concretos os dois pontos acima depreendidos da revisão bibliográfica, na presente seção analisaremos dois estudos de caso emblemáticos de má alocação de recursos públicos no Brasil. O primeiro, na subseção 3.1, é a construção do Estádio Mané Garrincha em Brasília, para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014. O segundo estudo de caso é o Programa “Um Computador por Aluno” (Prouca).

#### 3.1 Estudo de Caso 1: Construção do Estádio Mané Garrincha em Brasília

Quando escolhido para sediar a copa do mundo de 2014, o sentimento da população brasileira viveu um misto de euforia e frustração. Sendo o futebol uma paixão do brasileiro e tendo na memória apenas a realização do evento em 1950, a oportunidade

de viver o sentimento de acompanhar um evento dessa magnitude de perto pelas novas gerações gerou uma euforia pela escolha do Brasil como país sede de um evento de magnitude de uma copa do mundo, pelos investimentos possibilitados e pelas oportunidades que seriam geradas de emprego em diversos setores da economia, principalmente no setor de serviços.

Por sua vez, o sentimento de frustração gerado em parte ficou latente no decorrer dos preparativos para a realização do tão sonhado evento esportivo, em razão dos constantes atrasos, casos de corrupção, superfaturamento das obras, que muitas até hoje, sequer foram entregues. Entretanto, o governo brasileiro promoveu uma série de medidas e estímulos econômicos para a realização das obras nas 12 cidades sedes escolhidas para a realização dos jogos.

Com forte apoio do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, a Confederação Brasileira de futebol (CBF) oficializou a candidatura do Brasil para sediar o maior evento futebolístico do mundo. Com a confirmação do Brasil como país sede em 2007, foi dada a largada na busca de planejamentos, fontes de financiamentos e formas de realizar o evento.

Ano após a confirmação, deram-se início as obras, que segundo estimativa do Tribunal de Contas da União, (TCU,2012, p. 8), o custo total para a realização do evento ficou em cerca de R\$ 25,5 bilhões de reais, destes sendo R\$ 8 bilhões somente para a construção e ou reformas dos estádios e outros R\$ 7 bilhões para obras com mobilidade urbana. O Estádio Nacional de Brasília foi o campeão de gastos, atingindo o valor de R\$ 1,5 bilhões usados apenas para a sua reforma.

Ainda hoje, o estádio mais caro da copa no Brasil deixa sequelas e despesas para os cofres públicos, tendo se tornado um grande “elefante branco” no meio do cerrado, com problemas de manutenção, falta de eventos esportivos e reparos que geram mais gastos ao governo do Distrito Federal.

Apenas no ano passado, o Governo do Distrito Federal gastou cerca de R\$ 775 mil somente com o gramado do estádio, mesmo sem a realização de eventos em grande escala. Outros custos como manutenção de cadeiras, eletricidade e água, custam por mês R\$ 700 mil aos cofres públicos. O alto custo de manutenção do estádio apenas nos 11 primeiros meses de 2017, levou a TERRACAP, a elaborar um plano de concessão a iniciativa privada. Após cerca de 5 anos para a sua realização, em 26 de julho de 2019 foi assinado o termo de concessão do Estádio Nacional de Brasília, Arenaplex.

Fica evidente que o planejamento, no que tange ao pós-copa para o uso do Estádio Nacional de Brasília, para que fosse viável a sua manutenção, foi deixado de lado por parte dos gestores públicos. Tornando-se um grande elefante branco, onde o principal evento que poderia ser destinado ao futebol, foi deixado de lado para realizações de eventos artísticos, shows e até mesmo casamentos.

De acordo com a Secretaria de Turismo (2018), responsável pelos contratos de locação do estádio, desde a reinauguração em 2013, a arena recebeu 4 milhões de pessoas em 118 jogos de futebol e 175 eventos de outro tipo. Ou seja, 48,3% mais festas, shows e demais produções do que partidas.

### *Desvirtuamento dos objetivos inicialmente prometidos pelo Governo ao trazer a Copa para o Brasil*

Conforme o Termo de Compromisso assinado pelo Comitê Organizador Brasileiro e pelas Cidades-Sede, (2007) bem como compete ao Estado, também é incumbência dos municípios e do Distrito Federal executar e custear intervenções vinculadas à competição que acontecerá em 2014 no que diz respeito à mobilidade urbana, aos estádios e ao seu entorno e ao entorno de aeroportos (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

De acordo com a pesquisa realizada pela CNT (Confederação Nacional do Transporte) apud Talento (2014, p, 24), 80,2% dos entrevistados não concordaram com os investimentos efetivados na construção dos estádios, com a alegação de que o dinheiro seria mais bem utilizado em áreas de maior importância, como saúde, educação, segurança pública e etc. Ademais, 75% dessa amostra acreditavam que os investimentos para a realização da Copa foram desnecessários.

Com falta de estrutura até hoje em diversos setores da sociedade, o governo deu prioridade a realização do megaevento esportivo a um custo bilionário. Cerca de 39,7% dos municípios brasileiros não têm serviço de esgotamento sanitário, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020. Ainda segundo o IBGE, a taxa de analfabetismo no Brasil passou de 6,8%, em 2018, para 6,6%, em 2019, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação, Apesar da queda, que representa cerca de 200 mil pessoas, o Brasil tem ainda 11 milhões de analfabetos. São pessoas de 15 anos ou mais que não são capazes de ler e escrever nem ao menos um bilhete simples.

Quando se fala em gasto público, diversos estudos demonstram a má qualidade e a prioridade dos gastos executados pelos governantes brasileiros. Casos como o Programa Um Computador Por Aluno, a Copa do mundo de 2014, os jogos olímpicos de 2016 e etc. Demonstram que a pouca ou a falta de planejamento na execução do orçamento prejudica a camada mais desassistida da população, que carece de itens básicos e direitos garantidos de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), o direito a saúde, ao lazer, a dignidade da pessoa humana, a educação ficaram em segundo plano para que governantes populistas e demagogos pudessem posar para fotos em inaugurações das obras para esses eventos.

Não obstante, casos de corrupção, superfaturamento, atraso nas entregas fazem com que o custo final de grande parte das obras no Brasil sejam maiores que os estimados, raras são as exceções de obras entregues dentro do prazo e do orçamento.

A realização da Copa do Mundo no Brasil demandou a construção e manutenção de diferentes equipamentos. O mais óbvio e destacado conjunto de equipamentos alvo de investimentos é aquele composto pelos 12 estádios que sediaram jogos. O custo inicial previsto das obras foi de R\$ 5,9 bilhões e o valor final gasto passou de R\$ 8,4 bilhões.

Muito se discute sobre o impacto que a Copa deixou no Brasil. Já em 2013 houve alguns episódios de insatisfação pública com a realização do evento no Brasil. A insatisfação da população por conta de algumas políticas fiscais e econômicas adotadas por governos municipais, estaduais e federal, culminou em protestos o ano de 2013 e até mesmo durante a realização do evento já em 2014.

Embora não se possa afirmar uma relação de causalidade entre a copa de 2014 e os resultados posteriores e anteriores na economia brasileira, o gasto público ineficiente e sem estudo técnico e posteriormente os casos de corrupção (evidenciados pela Operação Lava jato) demonstram que ao término da realização do evento, já se podia ter uma noção sobre o impacto da realização do evento no Brasil: o país teve recordes de desemprego, inflação, taxas de juros e diversos protestos que dentre outros fatores levaram ao impeachment, da então presidente, Dilma Rousseff.

### **3.2 Estudo de Caso 2: “Programa Um Computador por Aluno” (Prouca)**

O Programa “Um Computador por Aluno” (Prouca) foi inspirado no projeto One Laptop per Children<sup>1</sup> (OLPC, [s.d.]). Esse projeto foi apresentado por Nicholas Negroponte, pesquisador do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), no Fórum de Davos, na Suíça, em 2005. Com os indicadores educacionais brasileiros em constante

resultados inexpressivos, em rankings de medição da qualidade da educação, o governo brasileiro se viu na obrigação de mudar essa realidade, o lançamento do programa “ Um computador por aluno” (PROUCA) o governo buscava melhorar esse cenário em longo e médio prazo.

A desigualdade social no Brasil, aliada à baixa qualidade do ensino público, levou o governo a criar o PROUCA para destinar um computador para cada aluno da rede pública brasileira, a fim de que os estudantes da rede pública tivessem mais acessibilidade no âmbito educacional e assim pudessem concorrer a melhores oportunidades em universidades federais e melhorar o seu desempenho escolar.

O Prouca não foi o percussor desse projeto de universalização do ensino público. Políticas como o Programa Nacional de informática na educação (ProInfo), criado em 1997, e o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), lançado em 2008, tinham o objetivo de implementar o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico e disponibilizar a instalação de banda larga em todas as escolas urbanas da educação básica do país.

O relator Prouca na Câmara dos Deputados, Lustosa (2008, p. 16 a 17), avalia e sintetiza a necessidade dos gastos e do programa com as seguintes premissas:

1. A imersão tecnológica da escola propicia o desenvolvimento de uma “cultura digital”, na qual os alunos têm suas possibilidades de aprendizagem ampliadas pela interação com que uma multiplicidade de linguagens ao mesmo tempo em que potência a inclusão digital de toda a comunidade escolar;
2. O viés da equidade social e o da competitividade econômica convergem ao serem estimuladas as novas habilidades e competências que a era digital exige. Assim, espera-se que novas formas de comunicação sejam disseminadas, que a educação abranja outros tipos de letramentos além do alfabético e orienta-se para o desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender; III.
3. A mobilidade e a conectividade do equipamento permitem ampliar os tempos e espaços de aprendizagem de professores e alunos, fundamentais para desenvolver a autonomia que possibilita a educação por toda a vida, como defende a UNESCO;
4. Por último, a utilização dos Laptops conectados à Internet permite a constituição de múltiplas comunidades de aprendizagem, que, interligadas em rede, favorecem a interculturalidade, o trabalho cooperativo e colaborativo e a autoria e coautoria entre estudantes e professores na construção do conhecimento, resultantes da quebra de hierarquia e linearidade nas relações. O objetivo é contrapor-se ao modelo tradicional de educação, ampliando a relevância e a contextualização do processo educacional.

Dividido em duas fases de implementação, a primeira fase teve seu início em 2007, com implementação em cinco escolas públicas. No ano de 2008, o grupo de estudo responsável, seguindo alguns critérios específicos, escolheram as primeiras escolas-

pilotos no país que receberiam os primeiros laptops, fase fundamental para obter subsídios pedagógicos e tecnológicos para a implementação por escala um pouco mais ampla do uso do laptop educacional (Brasil,2007).

O PROUCA foi instituído em 14 de junho de 2010, pela Lei nº 12.249. As instituições responsáveis pela estruturação e criação dos softwares pedagógicos utilizados nos laptops, seriam o Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Com a avaliação do Grupo de Trabalho do Um Computador por Aluno (GTUCA, 2009, p. 10), os resultados dos relatórios apontaram problemas de infraestrutura, relacionados, principalmente, a pontos de rede elétrica e acesso à internet. Mas o grande potencial pedagógico dos laptops educacionais levou o governo a realizar a segunda etapa desse programa, denominado piloto, com a expansão para trezentas escolas em todos os estados brasileiros, onde todos os alunos, professores e gestores receberiam o laptop educacional.

O Brasil é, então, um país piloto na implantação do projeto OLPC. Dados apresentados no site do Ministério da Educação, mostram que, atualmente, cerca de 350 escolas participam do projeto “Um Computador por Aluno” e mais de 6.000 professores já trabalham com os laptops (média de 20 professores por escola). Cada professor recebe um curso de formação com duração de 180 horas, distribuídos em 5 módulos, oferecido pelo IES em parceria com o NTE, e conta com mais de 9.000 alunos monitores, que também recebem treinamentos para auxiliar os professores. Pernambuco é o estado com maior número de escolas beneficiadas com o projeto. Atualmente, são 58 escolas, com mais de 10.270 alunos beneficiados.

#### *Os desafios encontrados na implementação do Prouca*

Os problemas sociais no Brasil vão além do acesso e a universalização da educação, sendo que a pobreza, a falta de saneamento, a corrupção etc. também contribuem para a má qualidade de vida das pessoas mais vulneráveis. Com a atual crise fiscal brasileira, a destinação de recursos a políticas públicas de insucesso, mal formuladas e ou implementadas, faz com que esse cenário desolador não tenha uma perspectiva significativa de melhora, nem no curto nem no médio prazos.

O programa Um Computador Por Aluno tinha o potencial de ser uma política pública de sucesso e efetiva acerca da educação básica no Brasil, que, naturalmente, se materializaria em maior capacidade futura de melhoria de qualidade de vida para as

pessoas mais vulneráveis. Entretanto, as melhorias e inovações que o programa visava trazer aos alunos mais desassistidos da rede pública do ensino brasileiro foram deixadas de lado quando o assunto passou a ser a implementação e a continuidade do programa.

Segundo alguns autores – como Cappelletti (2012), Rosa (2013), Ferrete (2012) e Lima et al (2018) –, s principais desafios relatados e encontrados foram a má qualidade dos equipamentos, computadores que travavam muito e dificultando a dinâmica e o uso do equipamento, a má qualidade do sinal de rede, a falta de habilidade e manuseio de alguns professores, a manutenção, reposição e troca de equipamentos que demoravam longos períodos para serem revisados e ou consertados e pôr fim, a fragilidade dos equipamentos, ocasionando constantes quebras.

Com o financiamento oferecido pelo governo brasileiro por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) através do Regime Especial de Aquisição de Computadores portáteis para Uso Educacional (Recompe), os estados e municípios deram início a compra dos computadores portáteis para os alunos da rede pública de ensino brasileira. Para a compra de cerca de 150 mil laptops, com cada equipamento sendo estimado em R\$ 550,00 cada (UCA, 2013) e tiveram custo total de aproximadamente R\$ 82 milhões. Vale ressaltar que seis municípios foram selecionados para receberem o UCA total, quais sejam: Barra dos Coqueiros-SE; Caetés-PE; Santa Cecília do Pavão-PR; São João da Ponta-PA; Terenos-MS; e Tiradentes-MG.

Para participar deste projeto, o Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabeleceu as seguintes diretrizes:

- 1) O número de docentes e discentes da instituição escolar deve ser em torno de quinhentos;
- 2) A escola deve, obrigatoriamente, possuir energia elétrica para realizar a recarga dos equipamentos e armário para armazená-los;
- 3) As instituições escolares devem estar localizadas preferencialmente próximas aos núcleos de tecnologia educacional (NTEs) ou a outras instituições que possam prestar-lhes assistência, sendo que ao menos uma escola deve estar localizada na capital do estado e outra, na zona rural;
- 4) Um termo de adesão das secretarias de educação estaduais ou municipais, manifestando seu comprometimento com o programa; e
- 5) Um ofício com a anuência do corpo docente e do diretor da escola acerca de sua implementação.

*Resultados obtidos pelo Prouca*

Segundo um estudo do Instituto de pesquisa e econômica aplicada (IPEA, 2018, p. 26), o impacto causado na qualidade da educação foi baixo em relação a desempenho educacional em exames como o Enem e em matérias de exatas, em 2009 e 2011. Apesar de um impacto positivo nos anos iniciais, não foi possível medir o grau de eficiência do Prouca na educação básica.

O programa poderia ser inovador se melhor planejado, implementado e avaliado, visto que a maior parte dos alunos da educação pública brasileira carecem de acesso à internet. Em um mundo cada vez mais conectado e globalizado, a educação passa pelo acesso ao conhecimento disponibilizado na rede de computadores. No cenário atual, constata-se grande dificuldade de professores e alunos em acessar materiais devido à falta de estrutura tecnológica e operacional.

A pandemia do novo corona vírus (COVID-19) evidenciou o quanto um programa dessa magnitude seria fundamental em um momento como esse, onde os principais desafios para pais, alunos e professores tiveram bastante dificuldade em dar continuidade ao ensino de forma remota, por conta da falta de recursos básicos para a continuidade de atividades inerentes a educação básica.

A falta de acesso a esses itens básicos nos dias atuais, fazem com o que o Brasil esteja em déficit, quando o assunto é a educação pública. Como abordado anteriormente, a qualidade do ensino brasileiro é insatisfatória em comparação ao gasto realizado. É evidente que políticas públicas assistenciais voltadas para a atenção básica a saúde e a educação contribuiriam para que em alguns anos, as melhorias na qualidade do ensino sejam substanciais e também no desenvolvimento econômico do país.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos de caso analisados nesta pesquisa mostraram que gestores públicos pouco têm conhecimento e apoio técnico quando o assunto se trata de alocação de recursos. Nesse contexto, a falta de modelos de *compliance*, fiscalização e modernização em programas de elaboração e monitoramento de políticas públicas são elementos que contribuem para que casos como os ora analisados se perpetuem na administração pública brasileira. Faz-se necessário para que haja uma melhora relevante na alocação de recursos públicos que atendam as expectativas da sociedade como um todo.

Ademais, cabe lembrar que exemplos de desperdício ou baixa qualidade na alocação de recursos públicos, como os abordados pelos estudos de casos analisados, são

especialmente danosos no atual momento do Brasil, que em meio a uma crise fiscal sem precedentes carece de infraestrutura em diversas áreas da sociedade, como saneamento, mobilidade, lazer, dentre outras – conforme bastante abordado neste trabalho.

Nesse contexto, as parcerias públicos-privadas podem agregar bastante valor quando o assunto se trata alocação de recursos financeiros e gestão administrativa, visto que poderiam contribuir para um aumento na eficiência na produtividade como um todo e atender com maior qualidade as demandas da sociedade. Por outro lado, é importante ressaltar que para serem bem sucedidas essas parcerias carecem de boa regulação e capacidade de fiscalização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? **Planejamento e políticas públicas**, n. 23, 2009.

CAPPELLETTI, Isabel Franchi. Avaliação do programa “um computador por aluno” (prouca): uma proposta inovadora em políticas públicas. **Revista e-Curriculum**, v. 8, n. 1, 2012.

DE OLIVEIRA SANTOS, Glauber Eduardo. Diversidade de impactos econômicos da Copa do Mundo FIFA de 2014 no Brasil. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 11, n. 1, p. 202-219, 2017.

FERRETE, Anne Alilma Silva Souza. O projeto um computador por aluno na escola EMEF Pedro Izídio de Oliveira: possibilidades e desafios. In: **Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação**. 2012.

FRANCISCO NETO, João. **Responsabilidade fiscal e gasto público no contexto federativo**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Glauco Roberto. A lógica do “elefante branco”: obsolescência programada do espaço na Copa de 2014. **Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 3, p. 240-256, 2013.

KEYNES, John. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985

LIMA, Alex Felipe Rodrigues; SACHSIDA, Adolfo; CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata de. **Uma análise econométrica do Programa um Computador por Aluno**. 2018.

MAIA, Alexandre et al. A importância da melhoria da qualidade do gasto público no Brasil: Propostas práticas para alcançar este objetivo. In: **II Congresso Consad de Gestão Pública–Painel**. 2007.

MARQUES, Antonio Carlos Conceição. **O projeto um computador por aluno-UCA: reações na escola, professores, alunos, intitucional.** 2009.

MENDES, Marcos. **Por que o Brasil cresce pouco?: desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro.** Elsevier Brasil, 2014.

PICÉRNI, Erich Franco. **O Estádio Nacional Mané Garrincha e suas contribuições socioeconômicas para o desenvolvimento do Distrito Federal.** 2015.

PORTO, Lucas Porciuncula; CERON, Lucas Freier; DE ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso. Brasil. Copa do Mundo 2014: análise dos impactos ambientais, econômicos e sociais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 8, p. 437-446, 2013.

ROSA, Valdir et al. **Projeto Um computador por aluno no Brasil.** 2013.

SANTANA, Allan; GUBITOSO, Stella; DE SOUSA COLANTUONO, Aline Correia. Impacto socioeconômico da copa do mundo de 2014. **Administração de Empresas em Revista**, v. 1, n. 10, p. 101-124, 2015.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. Diversidade KEYNES, J. M. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda: Inflação e Deflação.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO-TCU. **Diagnostico Das Obras Paralisadas. Identificação Das Principais Causas E Das Oportunidades De Melhoria. Recomendações e Melhorias.** Brasília: TCU 2019

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO-TCU. **O TCU e a Copa do Mundo de 2014: relatório de situação. Relatório de situação.** Brasília: TCU, 2012